



INTELIGÊNCIA POLÍTICA COMO ESTRATÉGIA NA SEGURANÇA PÚBLICA PARANAENSE

POLITICAL INTELLIGENCE AS A STRATEGY IN PUBLIC SAFETY IN THE STATE OF PARANÁ

LA INTELIGENCIA POLÍTICA COMO ESTRATEGIA DE LA SEGURIDAD PÚBLICA EN EL ESTADO DE PARANÁ

Maximillian Ferreira Clarindo¹

e494008

<https://doi.org/10.47820/recima21.v4i9.4008>

PUBLICADO: 09/2023

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo discutir a inteligência política como estratégia Institucional de segurança pública capaz de suplantar programas/projetos dissonantes da realidade paranaense. Para tanto, adota-se como estudo de caso as tentativas de implementação da polícia comunitária no Estado do Paraná nas duas décadas finais do século XX. A pesquisa de natureza qualitativa e de exploração bibliográfica aponta alguns possíveis equívocos cometidos por diferentes governos na aplicação destas políticas, sobretudo pela perpetuação do pensamento colonial no imaginário social que contamina as forças políticas do estado quando estas importam projetos de outras realidades sociais/culturais para o cotidiano da segurança pública paranaense. Outrossim, percebe-se que tais programas de polícia comunitária são vis porque são concebidos como programas de governo e não de estado, alternando-se na mesma medida em que ocorre a alternância de mandatários. Com caráter propositivo, estima-se que o investimento institucional em inteligência política pode constituir-se em uma estratégia interessante para o assessoramento das forças de segurança pública na medida em que estas podem se antecipar às eventuais ingerências.

PALAVRAS-CHAVE: Polícia comunitária. Inteligência política. Colonialismo.

ABSTRACT

This paper discusses political intelligence as an Institutional public security strategy capable of overcoming dissonant programs/projects in Paraná's reality. For this purpose, the attempts to implement community police in the State of Paraná in the final two decades of the 20th century are adopted as a case study. The qualitative research and bibliographic exploration points out some possible mistakes made by different governments in the application of these policies, mainly due to the perpetuation of colonial thinking in the social imaginary that contaminates the political forces of the state when they import projects from other social/cultural realities to the public security in Paraná. Furthermore, it is perceived that such community policing programs are vile because they are conceived as government programs and not state programs, alternating to the same extent as the alternation of representatives occurs. With a propositional character, it is estimated that institutional investment in political intelligence can constitute an interesting strategy for advising public security forces insofar as they can anticipate possible interference.

KEYWORDS: Community policing. Political intelligence. Colonialism.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo discutir la inteligencia política como estrategia institucional de seguridad pública capaz de superar programas/proyectos disonantes de la realidad de Paraná. Para ello, se adopta como estudio de caso los intentos de implementar policías comunitarias en el Estado de Paraná en las dos últimas décadas del siglo XX. La investigación cualitativa y exploración bibliográfica señala algunos posibles errores cometidos por diferentes gobiernos en la aplicación de estas políticas, principalmente debido a la perpetuación del pensamiento colonial en el imaginario social que contamina a las fuerzas políticas del Estado cuando importan proyectos de otros sectores sociales. realidades culturales a la seguridad pública en Paraná. Además, se percibe que dichos programas de policía comunitaria son viles porque están concebidos como programas

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Especialista em Segurança Pública e em Inteligência Policial Militar.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

INTELIGÊNCIA POLÍTICA COMO ESTRATÉGIA NA SEGURANÇA PÚBLICA PARANAENSE
Maximillian Ferreira Clarindo

gubernamentales y no estatales, alternando en la misma medida que se produce la alternancia de representantes. Con un carácter proposicional, se estima que la inversión institucional en inteligencia política puede constituir una estrategia interesante para asesorar a las fuerzas de seguridad pública en la medida en que puedan anticiparse a posibles interferencias.

PALABRAS CLAVE: *Policía comunitaria. Inteligencia política. Colonialismo.*

INTRODUÇÃO

A Segurança Pública contemporânea sofre recorrentes mutações em suas formatações no Brasil, especialmente pela alternância política e a conseqüente beligerância decorrente disso. Com efeito, ainda há no âmago das instituições policiais, enorme dificuldade em firmarem-se enquanto instituição de Estado e não de Governos.

Há um paradoxo nesta dificuldade, isto é, ao mesmo tempo em que as Instituições policiais devem se reportar aos interesses da sociedade, firmando-se isentas diante da alternância de mandatários, elas se veem também obrigadas ao diálogo harmônico com governos (estadual em maior proporção) para manutenção de suas estruturas. Este diálogo com diferentes governos pode ser facilitado na medida em que haja uma preparação dos escalões de Comando para lidar estrategicamente com isso.

Outra dificuldade que permeia a segurança pública no Brasil centra-se na prematuridade dos direitos sociais no país, haja vista que estes foram institucionalizados de forma mais incisiva somente a partir da Constituição Federal de 1988, quando o ser humano é posicionado no centro do texto constituinte com explícita necessidade de proteger os direitos individuais/coletivos dos cidadãos. A Constituição Federal de 1988 é considerada o marco de um constitucionalismo plural e multicultural. (Wolkmer, 2012).

Este é o principal avanço legal do país, por outro lado, esta mesma carta magna que apresenta avanços significativos no tratamento ao cidadão brasileiro não apresenta avanços correspondentes quando trata da segurança pública, que seria o braço do Estado na tutela destes direitos. Ao longo da história constitucional brasileira, as polícias militares mantiveram-se em um patamar inalterado, sempre com a sua designação e funções atreladas às do Exército Brasileiro, com sua missão confundida com a da Força Federal, cuja missão fim é deveras diferente das Polícias Militares (Loureiro, 2004).

A manutenção das Polícias Militares enquanto força auxiliar e de reserva do Exército Brasileiro acaba por se demonstrar desarrazoada no atual cenário social, uma vez que um exército nacional se prepara para fazer frente e combater com todos os meios disponíveis, ameaças à soberania de determinado País e, além de outras peculiaridades bélicas, mantêm-se aquartelados e guardam certo distanciamento da população (pela natureza de suas funções). Ao passo que as Polícias Militares têm estreito contato com a sociedade, e são as responsáveis pela preservação da ordem pública, portanto, incumbidas de proteger todos os direitos e garantias dos cidadãos.

Nestes termos, ainda que não haja evolução considerável no tocante à designação das Polícias Militares e haja confusão acerca de suas atribuições, há que se considerar que após a



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

INTELIGÊNCIA POLÍTICA COMO ESTRATÉGIA NA SEGURANÇA PÚBLICA PARANAENSE
Maximilian Ferreira Clarindo

Constituição Federal de 1988 houve um interesse maior em tornar as polícias militares brasileiras mais próximas da sociedade e acabar com o estigma de força meramente repressiva. É neste contexto que a polícia comunitária surge como necessidade e o debate ganha luz.

No Paraná, esta necessidade foi traduzida em várias iniciativas governamentais, seja na forma do sistema modular de policiamento (início da década de 80) ou nos posteriores programas que serão detalhados neste estudo. Em regra, o objetivo era o mesmo: aproximação da polícia com a comunidade, ainda que a polícia estivesse com a transição repressão-democracia em curso. Observa-se, no entanto, que a Polícia Comunitária no Paraná, enquanto filosofia e estratégia organizacional, não teve sequência nos projetos, oscilando na mesma proporção em que há a alternância de mandatários.

Nesta direção, se torna pertinente analisar as causas deste arrefecimento nas tentativas de implementar a polícia comunitária no Paraná entre os anos de 1988 e 2021. Também, há que se discutir a importância da inteligência como ferramenta estratégica capaz de produzir conhecimento destinado a antecipação às alternâncias políticas do Estado, dissolvendo ingerências que possam ser nocivas à primazia da proteção ao cidadão. Eis a problemática estudada aqui.

Para tanto, perfazem objetivos específicos deste trabalho: identificar as formas de implementação das diferentes roupagens de policiamento e polícia comunitária no Paraná; descrever as características operacionais de cada projeto; avaliar as causas de êxito e sucumbência destes; analisar as potencialidades da inteligência política/estratégica para a Polícia Militar do Paraná.

Trabalha-se com a hipótese de que além tais projetos tenham sido encerrados pela simples transição de Governo, ou ainda falta de mudanças contundentes na formação dos militares de polícia, quiçá pela manutenção da força policial como reserva e auxiliar do Exército, também tenham sido descontinuados pelo lastro do colonialismo do saber/fazer impregnado nas ciências, inclusive policial, que faz com que projetos importados não se amoldem ao perfil da sociedade brasileira/paranaense.

A pesquisa é qualitativa, haja vista que ela compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados (Neves, 1996). Diante do fato de a segurança pública ser um “objeto social” de análise, torna-se imperativo pesquisá-la sob a ótica a qualitativa. Assim, a pesquisa bibliográfica aqui desenvolvida segue a direção eminentemente qualitativa.

1 REVISÃO DE LITERATURA

1.1 Os programas de polícia comunitária no Paraná

A primeira experiência de polícia comunitária no Paraná surge na década de 80, com o sistema modular de policiamento (Bondaruk; Souza, 2004). Sampaio (2018) contribui com a temática com uma competente e importante revisão de literatura, quando avalia as políticas de segurança pública desde a década de 1980 até 2011, perpassando do policiamento modular até o Programa Paraná Seguro. Para fins de melhor orientar o leitor, os programas de polícia comunitária em comento foram organizadas no Quadro 1, a seguir:



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

INTELIGÊNCIA POLÍTICA COMO ESTRATÉGIA NA SEGURANÇA PÚBLICA PARANAENSE
Maximilian Ferreira Clarindo

Quadro 1 - Programas de polícia comunitária no Estado do Paraná de 1988 a 2011

Policimento	Período	Governador
Sistema Modular de Policiamento (SMPU)	Início em 1980	José Richa
1ª vigência do Policiamento Ostensivo Volante (POVO I)	1994	Roberto Requião
Policiamento Ostensivo Localizado (Totens)	1998	Jaime Lerner
Policiamento com motonetas	2000	Jaime Lerner
2ª vigência do Policiamento Ostensivo Volante (POVO II)	2004	Roberto Requião
Programa Paraná Seguro (UPS)	2011 e 2018	Beto Richa

Fonte: SAMPAIO, 2018. Org. CLARINDO, 2023.

A inspiração para essa primeira iniciativa de aproximar a polícia da comunidade identificada no Paraná, colocada em funcionamento no início da década de 80, veio do outro lado do mundo, da Polícia do Japão, nos postos Koban da polícia japonesa, e sua correta designação era Posto Policial de Socorro Familiar (PPSF) (Sampaio, 2018).

Criado no final da década de 1970 pelo então Maj. QOPM Ângelo Rogério Bonilauri, o Sistema Modular de Policiamento Urbano (SMPU) representa um dos grandes marcos não somente na segurança pública do estado do Paraná, mas também do país. O modelo, por seu grau de ineditismo, acabou por se espalhar por diversos estados e, até hoje, provoca na população um sentimento nostálgico quanto à sua eficiência e grau de proximidade social (Sampaio, 2018, p. 28).

São vários os motivos pelos quais o sistema de policiamento modular foi extinto, entre eles, pode-se citar que: empresários e as associações de bairros patrocinavam e por isso faziam pressão para a criação de novos módulos policiais. Porém, a expansão do sistema modular exigia um número cada vez maior de policiais, viaturas, equipamentos e armamentos, e a estrutura da Polícia Militar não conseguiu atender a demanda que ficava cada vez maior.

A falência do sistema modular se iniciou quando a Polícia Militar, por falta de efetivo, passou a fornecer apenas o policial para cuidar do módulo, que tinha apenas a missão de repassar as solicitações de ocorrências para a Central de Operações através do telefone 190. Com efeito, o policiamento preventivo e ostensivo deixou de ser prestado na comunidade em que o posto policial estava instalado e passou a ser realizado por viaturas de outros módulos, o que causava certa demora no atendimento. Na década de noventa, o sistema modular foi desativado, ficando apenas na memória da população que chama de módulo os antigos postos policiais que ainda existem até os dias de hoje (Cieslak, 2002).

Em 1993 ocorreu a implantação do Projeto POVO (Policiamento Ostensivo Volante), gestão do Governador Roberto Requião. A nova forma de policiamento foi apresentada como a proposta mais avançada que se tinha em prática até então na área de segurança pública no Paraná. Era uma combinação das características das viaturas de radiopatrulha, de grande mobilidade, com o policiamento modular nos bairros e região central, tendo por ênfase a filosofia de Polícia Comunitária. Em 1993, na época de seu lançamento, a sua forma original consistia em dois policiais em uma



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

INTELIGÊNCIA POLÍTICA COMO ESTRATÉGIA NA SEGURANÇA PÚBLICA PARANAENSE
Maximillian Ferreira Clarindo

viatura Kombi equipada com telefone celular¹ e rádio de comunicação; apoiada por dois motociclistas. (Pazinato, 1995).

Essa viatura atuava em um setor fixo, geralmente se aproveitava a mesma divisão geográfica do antigo sistema modular. Na lateral do veículo constava o número do telefone celular, o qual podia ser contatado diretamente pelo solicitante. Na implantação do serviço foram distribuídas para a população residente na área de atuação da equipe de serviço, grandes quantidades de folhetos (*folders*) com o telefone e a fotografia dos policiais do setor, procurando-se dar conhecimento e familiaridade e propiciar maior interação com a equipe policial.

Segundo Bordin (2009), o Projeto Ostensivo Volante (POVO) foi muito explorado do ponto de vista político, quando da sua implementação em bairros da capital ou cidades da região metropolitana, havia um desfile de carros de polícia até a chegada ao local de inauguração. Assim, a população imaginava que todo aquele efetivo permaneceria no bairro. Na verdade, segundo o autor, era apenas propaganda governamental. Com a mudança de governo, o Projeto Povo foi descontinuado e só foi retomado oito anos mais tarde em 2003.

Dentre as causas de extinção do Projeto Povo, estão a falta de efetivo, a resistência do público interno em utilizar uma viatura do tipo Kombi sem lugar para condução de presos, as motocicletas que não rendiam em função do clima na capital do Estado, os altos custos com telefonia na época e o fato de que o telefone de emergência 190 já estava consolidado no imaginário social desde sempre etc. (Sampaio, 2018).

Em 1995, Jaime Lerner, após tomar posse como governador do Estado do Paraná, adotou uma nova forma de policiamento: o Policiamento Ostensivo Localizado (Totens). Basicamente, os Totens eram pontos fixos instalados na cidade de Curitiba, cujo termo técnico de arquitetura e urbanismo significa local de propaganda com indicativo luminoso desagregado de uma instalação física. Há controvérsias quanto à inspiração ao projeto, mas avalia-se que a ideia tenha sido trazida de alguns países da Europa ou de Miami (EUA), onde os Totens eram presença contumaz na época.

O policiamento era realizado por um veículo rádio motorizado, sendo a equipe composta por um ou dois policiais, armados e equipados prontos para atendimento imediato de ocorrências policiais ou de natureza assistencial de forma ininterrupta. De acordo com Souza e Bondaruk (2004), a ideia inicial postulava que o solicitante acionasse a PMPR por conta própria, na ausência de uma viatura no local.

Este sistema de policiamento ficou adstrito apenas na cidade de Curitiba. Para as demais cidades do estado, ainda no governo Lerner, no ano de 2000, foram adquiridas 300 motonetas chinesas, mas produzidas na Coreia do Sul, com potência entre 80 e 100 cilindradas, para serem aplicadas no policiamento. Também foram mantidas as viaturas rádio motorizadas, (TMA's) atendendo às solicitações via telefone e despachadas através da Central de Operações das Unidades operacionais do interior (Tortato, 2001).

¹ Em 1993 O aparelho celular ainda era novidade no Brasil, e não era portátil; podendo somente ser transportado em veículos. O Modelo usado nas viaturas do Projeto era da marca Ericsson.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

INTELIGÊNCIA POLÍTICA COMO ESTRATÉGIA NA SEGURANÇA PÚBLICA PARANAENSE
Maximillian Ferreira Clarindo

O Totem, foi extinto por não apresentar mudanças significativas na área de segurança pública e a falta de efetivo parece ter sido um de seus maiores problemas, diferentemente do Projeto POVO, que havia sido suspenso devido à troca de governo. Inobstante, inúmeros problemas de ordem técnica/operacional surgiram, com destaque para os interfonos dos Totens que funcionavam mal e para as motonetas que eram frágeis e quebravam com facilidade.

Com a volta do Governador Roberto Requião ano de 2003, o projeto POVO é retomado. Mesmo assim, como o Projeto POVO é uma política de governo, durou oito anos, tempo de duração dos dois mandatos de Roberto Requião como governador do Estado (2003-2010). Na prática, o projeto sucumbiu antes mesmo de o Governo terminar o mandato. Com o *déficit* de efetivo, as viaturas deixaram de realizar as visitas e de interagir com a comunidade, como era previsto e passaram a atender ocorrências como uma guarnição de radiopatrulha convencional.

Logo no início do Governo de Carlos Alberto Richa (Beto Richa), todas as viaturas foram desplotadas, sendo removidas as escritas “POVO” e o número do celular, haja vista que os aparelhos que restavam foram recolhidos à Diretoria de Apoio Logístico da Corporação (DAL). O Projeto POVO, então dá lugar às UPS – Unidades Paraná Seguro – estas Unidades são implementadas efetivamente em janeiro de 2012, inicialmente com uma operação repressiva de cumprimento de mandados de prisão, e operações pontuais de saturação nos bairros de maior índice criminal objetivando prisões e apreensões. As UPS tinham inspiração nas UPP’s (Unidades de Polícia Pacificadora) instaladas no Rio de Janeiro (Oliveira, 2016).

As UPS foram instaladas com contêineres locados e algumas bases físicas. A ideia também ficou majoritariamente centralizada na capital do Estado com algumas poucas unidades nos municípios maiores do interior, como em Londrina, por exemplo. Na prática, a UPS não se apresentava alinhada com as demandas do interior e, tampouco, da capital do Estado, porque compelia um policial à permanência em uma base física, quando o *déficit* de efetivo continuava nos quadros organizacionais. Assim, antes mesmo do mandato do Governador encerrar, a ideia foi se esvaindo e o tradicional radiopatrulhamento manteve-se em pé.

1.2 O colonialismo dos projetos de segurança pública

O pensamento decolonial corresponde a um conjunto de ideias concebidas e situadas fora do eixo dominante. Fala-se de pensar, por meio de teorias científicas ou não, a partir do Sul Global, por pensadores e contextos inseridos nesta realidade social. O decolonialismo não é uma corrente nova, talvez ela tenha pouca visibilidade de maneira induzida por aqueles que detêm o poder. No entanto, vários autores se dedicam aos estudos decoloniais, dentre eles destacam-se Aníbal Quijano, Alberto Acosta, Boaventura de Sousa Santos etc.

A partir de 1492, quando a Espanha invadiu com uma estratégia de dominação para a exploração a região que após a chegada dos conquistadores passou a se chamar América, impôs-se um imaginário para legitimar a superioridade do europeu, o “civilizado”, e a inferioridade do outro, o “primitivo”. Neste ponto emergiram a colonialidade do poder, a colonialidade do saber e a colonialidade do ser, que não são apenas uma recordação do passado: estão vigentes até nossos dias e explicam



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

INTELIGÊNCIA POLÍTICA COMO ESTRATÉGIA NA SEGURANÇA PÚBLICA PARANAENSE
Maximillian Ferreira Clarindo

a organização do mundo, já que não são um ponto fundamental na agenda da Modernidade (Acosta, 2016, p. 63).

Em síntese, recobra-se alinhar teoria e ação com base nos peculiares contextos culturais existentes no Sul do mundo. O Brasil, um país com dimensões continentais, há infinitas composições territoriais perfazendo muitas formas diferentes de viver. Neste sentido, as razões envolvidas com a segurança pública também são peculiares.

No tópico anterior percebe-se que grande parte dos projetos de segurança pública do estado do Paraná foram pensadas a partir de ideias vindas de fora do país, em alguns casos do Japão, em outras da Europa, mas apenas a UPS foi concebida com base em uma solução caseira (inspirada na PM do Rio de Janeiro). No entanto, mesmo no caso das UPS, o modelo mostrou-se impertinente ao cenário do Paraná, pois são estados com realidades de segurança pública verdadeiramente antagônicas.

Nesta direção, os modelos emprestados de outros países parecem menos cabíveis ainda. O Brasil possui elevado grau de desigualdade social e pobreza, o que faz com que as forças de segurança labutem em cenários de distinta beligerância (Clarindo; Kruse; Ramos, 2021). O discurso eurocêntrico que permeia até mesmo as formulações endereçadas à proteção/promoção dos direitos humanos (Bragato, 2014), parece ter também alcançado o imaginário da segurança pública de forma ampla.

Assim, percebe-se que os países que serviram de referência para as políticas públicas de segurança no Paraná (tópico anterior) não possuem grau de similaridade suficiente com o Brasil que possibilite emprestar um modelo de gestão perfeitamente aplicável. Oportuno salientar que o fato de as Polícias terem sido mantidas como força de reserva e auxiliares do Exército Brasileiro também interfere na formatação de suas estruturas, haja vista que tais organizações herdaram o positivismo lógico que impulsionou a ditadura militar (Oliveira, 2016), racionalizando exacerbadamente suas cognições e práticas, em detrimento de amoldarem-se às realidades sociais/culturais de onde estão inseridas. Assim, estas são questões que se agrupam para que diferentes governos tenham decidido abdicar de uma política de segurança pública pensada por e para o contexto do Estado do Paraná.

1.3 A inteligência na segurança pública

A inteligência a que se refere este ensaio é, em síntese, a atividade de produção de conhecimento para assessoramento ou ainda, conforme aponta Cepik (1997) em uma leitura inclinada à inteligência clássica²:

Genericamente, por *intelligence* entende-se o conjunto de organizações, modelos de provisão de serviços e procedimentos operacionais relativos à obtenção, análise e disseminação controlada de informações relevantes sobre ameaças à segurança e/ou defesa de um país (Cepik, 1997, p. 193).

² Entenda-se o vocábulo "inteligência clássica" como a atividade de produção de conhecimento voltada para a salvaguarda dos interesses de Estado-Nação.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

INTELIGÊNCIA POLÍTICA COMO ESTRATÉGIA NA SEGURANÇA PÚBLICA PARANAENSE
Maximillian Ferreira Clarindo

Percebe-se que invariavelmente a inteligência vai possuir uma vertente inclinada ao assessoramento e às previsões. Em que pese o embrião desta inteligência remonte à formatação do Estado Moderno (Cepik, 1997), a inteligência de segurança pública é extremamente recente no Brasil (surge a partir da redemocratização do país em 1988), ao passo que a inteligência estratégica, de onde emerge a inteligência política, é ainda mais recente no seio das Corporações Militares. Oportunamente, conceitua-se inteligência política como sendo:

A inteligência política, segundo Baus, tem um enfoque teórico e numerosas implicações de valores, condutas e comportamentos. Em termos gerais, a inteligência política seria a soma de algumas inteligências, tanto racionais, afetivas e concretas que se expressam, por exemplo, na capacidade de liderança e negociação; na concepção e práxis de um modelo de pensar, sentir e atuar que “sintonize” com a realidade social e suas expectativas; na capacidade de tomar decisões importantes e oportunas; na compreensão do passado e a construção de visões de futuros possíveis; e, principalmente, na busca de respostas (solução de problemas) que se quer em um dado contexto. (Roratto, 2012, p. 32-33).

Em apertada síntese, Roratto (2012) vê na inteligência política uma posição nodal, ou seja, ela seria a congruência de diferentes conglomerados de conhecimentos com o escopo de tanto compreender melhor o passado como o de antever o futuro. Ainda, de acordo com Roratto:

Essa nova forma de inteligência levaria os pensadores, os formuladores, os executores da política, a pensar, sentir e atuar em política com previsão, com equidade, com praticidade e planejamento, num tempo e espaço determinados, com uma forte dose de humanismo e de autoridade bem entendida e praticada. Esses atributos e valores seriam as variáveis de uma inteligência política capaz de governar as crises, propor soluções adequadas que dificilmente seriam pensadas, e a pessoa, entidade ou governo que exercita esses predicados, passa a ser reconhecido no meio em que manifesta essa sabedoria (Roratto, 2012, p. 33).

Dois apontamentos de Roratto (2012), na citação anterior, merecem destaque por relacionarem-se diretamente com a segurança pública, quais sejam: 1 - possibilidade de previsão e equidade no fazer política; 2 - governança sobre crises. Sabe-se que o cenário de atuação da segurança pública é recheado de crises (internas e/ou externas às instituições) e escassez de recursos. Desta forma, a inteligência política em nível de Polícias Militares pode ter dupla aplicação: tanto em razão da preservação da ordem pública (seu papel constitucional) como no aperfeiçoamento de questões internas (cujo reflexo se dá na qualidade da prestação do serviço).

No entanto, deve-se considerar que a inteligência de segurança pública é ainda embrionária, já que tem sua raiz na criação do SISP (Subsistema de Inteligência de Segurança Pública) no ano 2000, “(...) com a finalidade de coordenar e integrar as atividades de inteligência de segurança pública em todo o País, bem como suprir os governos federal e estaduais de informações que subsidiem a tomada de decisões neste campo”. (Brasil, 2000, s/p.).

No Paraná, o SEINSP (Sistema Estadual de Segurança Pública) remonta ao ano de 2018, com a edição do Decreto Estadual n.º 11.615/2018. Na Polícia Militar do Paraná, no entanto, o SIPOM (Sistema de Inteligência da Polícia Militar) é instituído em 2021 (PMPR, 2021). É neste ano, inclusive, que ocorre uma “revolução” na Corporação, mediante a edição da Política de Inteligência e da Estratégia de Inteligência, documentos basilares que culminaram na reestruturação da inteligência



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

INTELIGÊNCIA POLÍTICA COMO ESTRATÉGIA NA SEGURANÇA PÚBLICA PARANAENSE
Maximillian Ferreira Clarindo

e na criação da DINT (Diretoria de Inteligência), cuja chefia passou a ser atribuída a um Coronel de Polícia (Paraná, 2021).

Atualmente, ainda há algumas pendências de readequação das normativas para reposicionar a 2ª Seção do Estado-Maior (a quem cabia a gestão da inteligência na Corporação), incluir a recente separação do Corpo de Bombeiros da PMPR no SEINSP e outras. Por outro lado, na atual configuração da DINT, a inteligência estratégica, imbuída da prospecção de cenários (incluindo-se o político) centra-se em uma Subseção. Trata-se de uma subseção que se destina à produção de conhecimento, prospecção de cenários e análise de risco sobre os temas de interesse estratégico definidos nos planos específicos não declaradamente criminais.

Desta forma, percebe-se que apenas no organograma da Diretoria de Inteligência há o viés estratégico, cujo eixo político é uma parcela de trabalho e não um objetivo próprio. Outrossim, salienta-se que nas demais agências de inteligência, espalhadas pelo Estado, o mote operacional consome a maior parcela do trabalho.

Deve-se pontuar também que há a presença policial militar em diferentes órgãos, autarquias e instituições do Poder Público Estadual, como na Assembleia Legislativa, na sede do Poder Executivo, do Tribunal de Justiça etc. Por outro lado, a presença de policiais militares nestes não está essencialmente lastreada pela atividade de inteligência, mas por assessoramentos diversos. Neste sentido, no tópico seguinte, serão apresentadas outras possibilidades capazes de maximizar a produção de conhecimento voltado para a potencialização do papel Institucional e Constitucional da Polícia Militar do Paraná na sociedade paranaense.

2 OUTRAS POSSIBILIDADES

Como retratado no tópico anterior, há assessorias policiais militares ou pequenas frações representativas da Polícia Militar do Paraná em diferentes segmentações do Poder Público Estadual e, inclusive, no Governo Federal. No entanto, o que se observa é que tais policiais atuam na prestação de serviços de assessoramento aos órgãos ou na seara da segurança orgânica (segurança de dignatários, de instalações etc.). Quando se fala dos Núcleos de Inteligência, como o que está instituído no Tribunal de Justiça, a finalidade também não é a de produzir conhecimento com retorno à Instituição PMPR, mas o de assessoramento externo ao órgão a que os núcleos servem.

Desta forma, sugere-se como medida imperativa instruir as assessorias e implementar agentes de inteligência em seus núcleos, devidamente credenciados e com o objetivo de produzir conhecimento com vistas a assessorar diferentes Comandantes na Corporação. Inobstante, tal ação deve ser sustentada com alterações normativas de modo a afastar visões que possam associar o trabalho de assessoramento ao de mera “espionagem” da força militar estadual.

Ato contínuo, sugere-se valer-se da capilaridade Institucional do Sistema de Inteligência Policial Militar (SIPOM) e implementar ferramentas e pessoal capacitado para produzir conhecimento de inteligência política até o nível de Agência Local de Inteligência (especialmente nos Batalhões do interior). Tal medida alcançaria o poder político na esfera municipal, culminando em um arranjo de possibilidades múltiplas à Polícia Militar do Paraná.

RECIMA21 - Ciências Exatas e da Terra, Sociais, da Saúde, Humanas e Engenharia/Tecnologia



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

INTELIGÊNCIA POLÍTICA COMO ESTRATÉGIA NA SEGURANÇA PÚBLICA PARANAENSE
Maximillian Ferreira Clarindo

Fala-se aqui de uma inteligência política desinteressada de ideologias e, tal qual preconiza a Doutrina de Inteligência, imparcial e centrada nos objetivos de Estado. Com efeito, o viés ideológico carregado pela sazonalidade de governos não devem incidir na inteligência política da Instituição, que deve se amoldar em diferentes espaços e tempos.

Sugere-se que a produção deste conhecimento ocorra apartado da Diretoria de Inteligência (DINT), mas organizado e coordenado pela PM/2 (Segunda Seção do Estado Maior). Hamada e Moreira (2020) apontam que a inteligência estratégica está centrada na camada de direção das Organizações. Neste caso, interpreta-se a palavra “direção” não no sentido literal, mas como referência aos escalões de Comando/Chefia. Os autores chamam atenção para a necessidade de que a polícia compreenda mais e melhor a “guerra da informação” e passe a produzir conhecimento sobre variados temas, que podem ter incidência (in)direta na segurança pública.

Assim, não se trata de deixar a Diretoria de Inteligência no “escuro” em relação à inteligência política, mas de compartimentar o viés estratégico do viés policial (naturalmente sobrecarregado). Com efeito, as perspectivas podem ser aperfeiçoadas em nível de Estado Maior e de Diretoria, combinando esforços para uma sociedade segura e uma Corporação fortalecida frente às mudanças políticas em quaisquer níveis.

3 CONSIDERAÇÕES

Buscou-se com este artigo, discutir a inteligência política como ferramenta capaz de suplantar, estrategicamente, o colonialismo que permeia as políticas de segurança pública no estado do Paraná. Ao analisar as políticas públicas envolvendo a implantação de uma polícia mais próxima da comunidade no Estado do Paraná entre os anos de 1988 e 2021, percebeu-se que várias iniciativas surgiram, sobretudo após a constituição de 1988.

No entanto, as iniciativas parecem ser verdadeiras políticas de governo, quando deveriam ser políticas de Estado. Neste sentido, a alternância de mandatários faz com que, concomitantemente, as políticas de segurança pública também se alternem. Esta é a razão mais evidente do arrefecimento da polícia comunitária no Estado.

Outra razão, evidenciada ao longo deste estudo, mas que passa relativamente despercebida do debate é o fato de que boa parte dos programas de segurança pública são importados de outros lugares do mundo, cujo modelo de vida em sociedade é dissonante do brasileiro. Nestes termos, são importações infrutíferas e organizadas pelo pensamento colonial que se insere no imaginário social e científico dos países periféricos.

Assim, salta aos olhos a necessidade de se pensar uma polícia cidadã a partir do contexto do Sul Global. Talvez seja este o primeiro passo para se organizar uma política de polícia comunitária que não seja frágil e oscile com a troca da chefia do executivo. Outrossim, percebe-se como incontinenti o envolvimento das forças de segurança como protagonistas das formulações de segurança pública, sob pena de estas serem vis e descontinuadas.

Uma das estratégias é a maximização da inteligência política no âmbito da Polícia Militar, com apoio da capilaridade das agências do SIPOM, visando a produção do conhecimento que possa

RECIMA21 - Ciências Exatas e da Terra, Sociais, da Saúde, Humanas e Engenharia/Tecnologia



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

INTELIGÊNCIA POLÍTICA COMO ESTRATÉGIA NA SEGURANÇA PÚBLICA PARANAENSE
Maximillian Ferreira Clarindo

antever alternâncias de mandatários e formular políticas de segurança pública mais efetivas e centradas nos objetivos de Estado. Destarte, busca-se solidez e diminuir a permeabilidade da Instituição aos programas desprovidos de capacidade técnica e/ou impossíveis de serem encaixados na realidade social do Estado. A inteligência política termina por fortalecer a capacidade diálogo com diferentes ideologias e governos. É ferramenta estratégica de gestão, imprescindível no atual cenário político do país, no qual a dualidade esquerda/direita encontra-se asseverada.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016.

BONDARUK, Roberson Luiz; SOUZA, César Alberto. **Polícia comunitária**: polícia cidadã para um povo cidadão. Curitiba: AVM, 2004.

BORDIN, Marcelo. Policiamento Comunitário: entre a retórica e a prática cotidiana. **Revista Surveillance in Latin America**, Curitiba, p. 349-368, 2009. www.pucpr.br/reol/index.php/SSSCLA?dd1=2681&dd99=pdf. Acessado em: 28 jun. 2023.

BRAGATO, Fernanda Frizzo. Para além do discurso eurocêntrico dos direitos humanos: contribuições da descolonialidade. **Novos estudos jurídicos**, v. 19, n. 1, p. 201-230, 2014

BRASIL. **Decreto n.º 3.695 - Institui o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública**. Brasília: Casa Civil, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3695.htm.

CEPIK, Marco AC. Inteligência, política e poder no Estado contemporâneo. **Revista de Sociologia e Política**, n. 09, p. 193-196, 1997.

CIESLAK, Altivir. **Experiência das associações de moradores em Londrina**. 2002. 68 f. Monografia (Especialização) – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, Polícia Militar do Paraná, Curitiba, 2002. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/53425/Altivir%20Cieslak.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 jun. 2023.

CLARINDO, Maximillian Ferreira; KRUSE, Bárbara Cristina; RAMOS, Jonas de Jesus. Direitos Humanos e a atuação da Polícia Militar Brasileira: O inimigo agora é outro. In: MARTINS, Dayse Marinho; MATEUS, Yuri Givago Alhadeff Sampaio. **Direitos humanos e movimentos sociais**. Campo Grande: Editora Inovar. 2021.

HAMADA, Hélio Hiroshi; MOREIRA, Renato Pires. A Inteligência Estratégica Como Atividade Essencial Para as Instituições de Segurança Pública. **Cadernos de Segurança Pública**, Rio de Janeiro, ano 12, n. 12, set. 2020.

LEITE, Gisele. Constitucionalismo e sua historia. **Âmbito Jurídico**, 2011. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/constitucionalismo-e-sua-historia/>. Acesso em: 25 jun. 2023.

LOUREIRO, Ythalo Frota. As Polícias Militares na Constituição Federal de 1988: polícia de segurança pública ou forças auxiliares e reserva do Exército?. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 9, n. 486, 5 nov. 2004. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/5866>. Acessado em: 25 jun. 2023.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

INTELIGÊNCIA POLÍTICA COMO ESTRATÉGIA NA SEGURANÇA PÚBLICA PARANAENSE
 Maximilian Ferreira Clarindo

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. O exército e o positivismo: identidade e autonomia política. **ProPosições**, Campinas, SP, v. 1, n. 2, p. 22–29, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644497>. Acesso em: 30 jun. 2023.

OLIVEIRA, Vladimir Luís. O paradoxo sobre as políticas de metas da segurança pública no Estado do Paraná (2011-2013): o caso das UPS's em Curitiba. **Revista LEVS/UNESP**, Marília, n. 18, p. 11-129, nov. 2016. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/levs/article/view/6496/4281>. Acesso em: 19 jun. 2023.

PARANA. **Lei 20868 - 9 de Dezembro de 2021**. Altera dispositivos da Lei nº 16.575, de 28 de setembro de 2010, que dispõe que a Polícia Militar do Estado do Paraná destina-se à preservação da ordem pública, à polícia ostensiva, à execução de atividades de defesa civil, além de outras atribuições previstas na legislação federal e estadual. 2021. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=257032&codItemAto=1617002#1617002>.

PAZINATO, João Antônio. **Projeto POVO: a experiência de Curitiba**. 1995. 138 f. Monografia (Especialização) – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, Polícia Militar do Estado de São Paulo, São Paulo, 1995.

PMPR. **Portaria do Comando-Geral n.º 612 - Aprova a Política de Inteligência da PMPR**. Curitiba: PMPR, 2021.

RORATTO, J. M. ACEPÇÕES E CONCEITOS DE INTELIGÊNCIA DE ESTADO. **Revista Brasileira de Inteligência**, n. 7, p. 31-40, 1 jul. 2012.

SAMPAIO, Pedro Paulo Porto de. **Os modelos incremental e Garbage can nas políticas públicas de segurança no estado do Paraná: do policiamento modular ao Paraná Seguro**. 2018. 244 f Trabalho de conclusão de curso - TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) - Academia Policial Militar do Guatupê. São José dos Pinhais, 2018.

TORTATO, Maurício. **Polícia Comunitária Sob a Ótica da Criminologia: Preceitos Práticos de Integração**. Monografia (Conclusão do Curso de Aperfeiçoamento) - Oficiais da Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2001.

WOLKMER, Antônio Carlos. Pluralismo e crítica do constitucionalismo na América Latina. *In*: MORAES, Germanda de Oliveira; GARCIA, Marcos Leite; UNNEBERG, Fátia Soares. **Para além das fronteiras: o tratamento jurídico das águas da Unasul**. Parte I. 2012. p. 62-84. Itajaí: UNIVALI, 2012.